

# Europeus e banqueiros mostram ceticismo e só dão apoio restrito

Reuter — 10/3/85

Rosental Calmon Alves.

PARIS — Depois de vários dias de discussões em Amsterdã, durante a assembleia anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento, e em Paris, num seminário promovido pelo governo francês, a impressão mais marcante é de que o plano Brady, lançado para enfrentar a dívida externa, ainda desperta muito ceticismo, principalmente entre governos europeus e banqueiros. Nos discursos durante a assembleia do BID, os europeus mostraram certa frieza ou, no máximo, um escasso apoio às idéias do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, enquanto aqui em Paris o representante italiano apontou os perigos das expectativas criadas sobre os resultados concretos do plano Brady.

O único país industrializado que saudou com certo entusiasmo a iniciativa americana durante a reunião do BID foi o Japão. "Apóio firmemente as propostas dos Estados Unidos", disse o vice-ministro de Finanças do Japão, Toyoo Gyohten, considerando o Plano Brady "um reforço de grandes proporções da estratégia adotada (atualmente) para fazer frente aos problemas da dívida internacional". O representante da Inglaterra disse apenas que seu país "acompanha com cuidado as diversas propostas de países devedores e credores sobre a estratégia para a questão da dívida", acrescentando que seu governo está especialmente preocupado com o papel do setor público nos esquemas sugeridos. Nem mencionou o Plano Brady.

**Expectativas** — O representante da Itália, Lamberto Dini, o Plano Brady pode vir a representar "uma significativa contribuição" em matéria de redução da dívida, mas o importante é manter os "princípios de cooperação" que já estão norteando, hoje em dia, o tratamento da crise da dívida. Dini, que é presidente do Banco da Itália, foi mais específico sobre a posição de seu governo ao falar aqui em Paris, durante as discussões informais promovidas na quinta-feira pelo Ministério de Finanças da França. Dini afirmou, nessa ocasião, que as atuais repercussões do Plano Brady estão criando expectativas difíceis de serem cumpridas, e que poderão ter uma consequência de curto prazo muito negativa: a paralisação dos atuais negócios entre países devedores e a banca comercial internacional.

Para o representante do Canadá no BID, o Plano Brady resume-se a "propostas importantes, que merecem — e terão — a atenção da comunidade internacional nas próximas semanas". De fato, os governos dos países desenvolvidos estão trabalhando intensamente na análise do plano e a partir do próximo fim de semana poderão dar passos mais concretos no sentido de transformar as idéias em medidas práticas, que poderão ficar aquém das expectativas. No próxi-

mo sábado já começarão a chegar a Washington os ministros de Finanças e outras autoridades, que participarão da assembleia anual do Banco Mundial (Bird) e da reunião do Comitê Interino, que estabelece o programa de ação do Fundo Monetário Internacional.

**Garantias** — As discussões sobre o plano de redução da dívida vão dominar a reunião do Bird e do FMI, especialmente porque os Estados Unidos prevêm que essas duas entidades terão de desempenhar um papel ainda mais ativo no novo esquema para lidar com a crise da dívida do Terceiro Mundo. Há sérias divergências não só entre os países industrializados, mas também entre esses dois organismos multilaterais e os governos, a respeito dos detalhes da nova estratégia para a dívida, que deverá surgir das atuais discussões. A principal questão é a das garantias (avais), que teriam de ser dadas pelo FMI e Banco Mundial aos débitos remanescentes de operações de redução da dívida.

A França já tinha lançado a idéia de emissão de Direitos Especiais de Saque (a moeda do FMI) para formação de um fundo especial, de onde sairiam as garantias para atrair o interesse dos bancos em trocar a dívida velha por uma nova, reduzida, porém garantida. Os Estados Unidos propuseram a formação de fundos especiais, com dinheiro do Japão e de outros países com grandes saldos de balança de pagamento. O FMI e o Banco Mundial administrariam esses fundos, que estariam separados de suas estruturas de capital. Os países latino-americanos do Grupo dos Oito propuseram a criação de uma agência para comprar a dívida e repassar o desconto dessa operação aos países devedores. Mas tudo isso tem implicações técnicas e políticas bastante complicadas, que poderão atrasar ainda mais o início da aplicação dessas novas idéias.

A esperança do ministro Mailson da Nóbrega, por exemplo, é que, "com essas idéias fervilhando", os bancos estão procurando o Brasil para oferecer novos negócios que impliquem em redução da dívida. Isso não tem nada a ver diretamente com o Plano Brady, mas sim com a continuação de esquemas já desenvolvidos na negociação do acordo de reescalonamento assinado ano passado entre o Brasil e a banca credora. "O importan-



Brady: dos aplausos às críticas

te", diz Mailson, "é que há um consenso de que a solução da crise da dívida passa por uma redução substancial não só do volume dos débitos, mas também do serviço (pagamento de juros e taxas)".

**Perguntas** — O problema do Plano Brady é que, como dizem os próprios funcionários americanos, ele não é nem um plano. Logo no início da reunião do BID em Amsterdã, um diretor da corretora americana Merrill Lynch foi bastante duro sobre a falta de clareza das propostas do secretário do Tesouro de seu país. Ele fez algumas perguntas que ficaram sem resposta mesmo quando os jornalistas as passaram ao subsecretário do Tesouro, David Mulford, talvez o principal articulador do plano Brady: Quem paga o risco da garantia (aval) da dívida nova (descontada)? Quem porá o dinheiro novo necessário para restabelecer o fluxo de capitais para os países devedores? Que credores ficarão com o prejuízo da redução dos débitos? Quais serão as implicações do *cash flow* para devedores e credores? Como será contabilizada a redução de débitos? Qual será o critério para a escolha dos países a serem beneficiados? Serão escolhidos os países em pior situação ou os que estiverem na pior? A redução da dívida será encarada pelos países como um estímulo ou um desestímulo ao ajustamento de suas economias? Como passar de redução da dívida para a criação de nova dívida, novos empréstimos? O que acontecerá com o perfil especial de crédito que ajudam o Banco Mundial e o FMI a captarem no mercado financeiro?